CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DA CONSTITUIÇÃO E DA DESTINAÇÃO DO LUCRO GERADO PELO VALOR JUSTO

Angélica Tais Pereira dos Santos

Advogada. Mestranda em Direito Tributário na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SUMÁRIO: 1 Questões iniciais 1.1 Contextualização fática 1.2 Conceito de valor justo e sua aplicação aos ativos 1.3 Conceito de lucros a realizar 1.4 Implicações tributárias que podem surgir em decorrência da existência de lucros a realizar pela aplicação do valor justo 2 Aplicação 2.1 Tributação da receita gerada pela adoção do valor justo dos ativos 2.2 Tributação do lucro gerado pela adoção do valor justo dos ativos e da distribuição dos lucros a realizar 3 Conclusões 3.1 É possível a distribuição de lucros a realizar de acordo com a legislação societária e a tributária? 3.2 Benefício econômico ou jurídico da mensuração a valor justo de ativos, para os sócios ou para a sociedade, fundamenta juridicamente a sua tributação? 4 Referências.

RESUMO: Este estudo aborda as consequências tributárias da constituição e da destinação do lucro gerado pelo valor justo, discorrendo sobre a possibilidade da distribuição de lucros a realizar de acordo com as legislações societária e tributária e sobre a tributação do benefício econômico ou jurídico da mensuração a valor justo de ativos – para os sócios ou para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade. Normas contábeis. Direito. Lucro. Valor justo.

1 QUESTÕES INICIAIS

1.1 Contextualização fática

Por meio da Lei n. 11.638, de 2007, iniciou-se no direito contábil brasileiro a adoção dos padrões internacionais das demonstrações contábil-financeiras, conhecidos pela denominação de *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), sendo uma das consequências a alteração da base de valor das demonstrações do padrão de custo histórico para a mensuração a valor justo.

Historicamente, a contabilidade sempre se fixou na avaliação de ativos pelo seu custo de aquisição, que, em última análise, corresponde a forma mais conservadora de se mensurar um ativo, pelo efetivo valor desembolsado para se adquirir o bem. O custo de aquisição como base para avaliação estava totalmente de acordo com o princípio contábil do conservadorismo (ou da prudência), que determinava a "adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido"¹.

A partir da introdução das normas contábeis internacionais no direito brasileiro, inicialmente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC")², novos princípios contábeis foram trazidos ao sistema, como a "essência sobre a forma", e o direito contábil passou a aceitar e, em certa medida, até a incentivar, a chamada marcação a mercado de alguns ativos e passivos. Essa marcação a mercado é, tecnicamente, a avaliação de determinados ativos a valor justo, que acarreta o registro de lucros a realizar no patrimônio líquido contábil da pessoa jurídica.

Vale ressaltar que o objetivo das demonstrações contábeis, segundo o "CPC 00" (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro³, é fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, como credores, potenciais investidores, autoridades governamentais, autoridades tributárias etc., sendo uma das características qualitativas fundamentais a representação fidedigna⁴.

Nesse contexto, de demonstrar, por meio da contabilidade, as relações jurídicas firmadas por uma empresa de forma fidedigna, o objetivo da avaliação a valor justo

1. Conforme os termos da Resolução CFC n. 774, de 1994, revogada pela Resolução CFC n. 1.282, de 2010, por sua vez revogada pela Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 2016. Segundo o Prefácio do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, "a característica *prudência* (*conservadorismo*) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a *neutralidade*" (destaques do original).
2. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi instituído pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") n. 1.055, de 2005. Os pronunciamentos emitidos pelo CPC têm força normativa infralegal, após serem aprovados pelo CFC, como previsto pelo artigo 6º, "f", do Decreto-lei n. 9.295, de 1946, com alterações da Lei n. 12.249, de 2010.
3. Referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade "CFC – NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL".
4. Segundo o CPC 00, a "característica *essência sobre a forma* foi formalmente retirada da condição de componente separado da *representação fidedigna*, **por ser considerado isso uma redundância**" (grifos e destaques do original). Nos termos do item QC12 do referido CPC 00, a informação contábil-financeira deve representar um fenômeno econômico-financeiro de forma *completa, neutra e livre de erro*, buscando a representação fidedigna.

é determinar o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo na data da mensuração.

Existem diversas técnicas para avaliar um ativo a valor justo, mas percebe-se que todas elas, cada uma em sua medida, possuem certa dose de subjetividade. Segundo o CPC 00, "em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos"⁵.

Em relação ao valor justo, as regras relativas a essas estimativas foram consolidadas na normativa internacional IFRS 13 – *Fair Value Measurement* do IASB, cujas regras foram incorporadas ao direito contábil brasileiro por meio do Pronunciamento Técnico 46 ("CPC 46") – Mensuração do Valor Justo – proferido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade "CFC – NBC TG 46 (R1)", em vigor desde janeiro de 2013.

Do ponto de vista da análise financeira da empresa, a adoção do valor justo é útil à tomada de decisões pelos usuários da contabilidade, pois procura refletir a avaliação econômica da empresa. Porém, essa avaliação econômica, antes da realização, por se basear em projeções e estimativas, pode trazer consequências significativas para as relações jurídicas da empresa, especialmente do ponto de vista tributário e societário.

As questões principais que se colocam são se a avaliação a valor justo implica a disponibilidade econômica dos respectivos "rendimentos" e, conseqüentemente, se esses devem ser tributados, se podem ser distribuídos aos sócios por meio dos lucros apurados e, por fim, se necessariamente devem ser tributados para que possam ser distribuídos.

1.2 Conceito de valor justo e sua aplicação aos ativos

Via de regra, valor justo é uma mensuração baseada em mercado. Como mencionado, o CPC 46 representa um guia de "como" se efetuar a mensuração a valor justo, e não "quando", o que é determinado por outros pronunciamentos técnicos que permitirão – ou indicarão – a apuração e a divulgação a valor justo. Assim, o valor justo será utilizado sempre que outra norma contábil requerer ou permitir mensurações do valor justo ou divulgações sobre mensurações do valor justo.

Segundo o CPC 46, o objetivo da mensuração do valor justo é estimar o preço pelo qual "uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado".

5. Vide parágrafo OB11 do CPC 00.

Nessa linha, o CPC 46 define valor justo como o "preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração". Trata-se, portanto, da avaliação de um ativo ou de um passivo pelo seu "preço de saída".

Diversos ativos e passivos podem e/ou devem ser avaliados a valor justo, dentre eles (i) os instrumentos financeiros, principalmente os derivativos; (ii) ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios; (iii) os ativos biológicos; e (iv) as propriedades para investimento.

Os maiores desafios residem na avaliação a valor justo de ativos não financeiros, como os ativos de longo prazo, dentre eles o imobilizado. A avaliação desses ativos deve observar os preceitos do parágrafo 27 do CPC 46: "A mensuração a valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível (*highest and best use*) ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso".

O CPC 46 traz uma série de técnicas de mensuração a valor justo, sendo recomendável a utilização do método e da abordagem apropriados e adequados às especificidades dos objetos a serem avaliados. Dentre essas técnicas constam a abordagem de mercado, a abordagem da receita, a abordagem de custos.

Do ponto de vista legal, a aplicação do valor justo é regulada pelo artigo 183 da Lei n. 6.404, de 1976⁶. O referido artigo já indica quais são as referências a

6. "Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:
I – as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:
a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda;
[...]

§ 1º. Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo:

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;
b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;
c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.
d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:
1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;
2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou
3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros."

serem adotadas para valorização a valor justo, sendo: (i) o "valor de venda" para avaliação do estoque de produtos acabados e de outros bens destinados à venda, deduzidos os tributos e demais despesas necessárias para a venda e a margem de lucro (§ 1º, "b") e para os investimentos (§ 1º, "c"); (ii) o valor de reposição, aquele que seria praticado em operação atual de compra entre partes independentes que atuem de modo não compulsório, para o estoque de matérias-primas e produtos intermediários; e (iii) o valor de venda, para os instrumentos financeiros, com a indicação específica dos métodos a serem utilizados, quais sejam, o preço de mercado ativo, fluxo de caixa descontado e outros modelos matemático-estatísticos de precificação usualmente adotados.

Outras formas de reconhecimento do valor justo são o valor recuperável, o valor de provável realização e o valor presente.

Em suma, sob a ótica da nova contabilidade, a mensuração a valor justo, em substituição ao padrão de custo histórico, leva em consideração o conceito de "recuperabilidade", submetido a julgamento e mais focado na essência e não mais na forma.

1.3 Conceito de lucros a realizar

A avaliação a valor justo de ativos, quando há majoração de seu valor contábil, tem como contrapartida um lançamento a crédito no resultado da sociedade. Esse crédito contábil constitui uma receita que compõe o resultado contábil da sociedade, ou seja, o lucro ou o prejuízo.

Em se tratando de resultado positivo (lucro), deve-se avaliar se a parcela correspondente à majoração dos ativos pela aplicação da mensuração a valor justo deverá ser registrada em contas de lucros acumulados ou reserva de lucros a realizar dentro do patrimônio líquido da sociedade.

Em última análise, os lucros a realizar referem-se à parcela dos lucros que não se materializaram financeiramente, ou seja, que não representaram nenhum ingresso de recursos efetivos para a sociedade. Por esse motivo, tais valores deveriam ser mantidos em conta de reserva.

Reserva remete ao conceito de algo que deve ser guardado para ser utilizado em condições especiais, somente quando necessário⁷. E, por natureza, a reserva

7. "Em sentido estrito, repetimos, reserva significa tão somente aquela parte do lucro a qual, quer por força da lei ou dos estatutos, quer por decisão dos órgãos competentes, destina-se à retenção (permanente ou temporária) na empresa." (HARBICH, Ricco. **Conceito e destinação do lucro na nova lei das sociedades por ações**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. p. 14.)

de lucros refere-se à expectativa de lucros futuros, lucros em potencial, que ainda não se realizaram financeiramente.

Nos termos da legislação societária, o artigo 197 da Lei n. 6.404, de 1976, determina que o montante do dividendo obrigatório que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, após aprovação da assembleia-geral, poderá ser destinado à constituição da reserva de lucros a realizar⁸.

A questão que se coloca é se essa parcela do lucro pode ou não ser distribuída aos sócios. Quem defende a impossibilidade de distribuição dos lucros a realizar entende que essa parcela não representa um efetivo ingresso financeiro na sociedade e a sua distribuição poderia, em tese, descapitalizar a sociedade pondo em risco sua continuidade.

Por outro lado, há quem defenda a possibilidade de sua distribuição em razão de vedação expressa na legislação de referência.

1.4 Implicações tributárias que podem surgir em decorrência da existência de lucros a realizar pela aplicação do valor justo

Em primeiro lugar, deve-se analisar se a aplicação de valor justo aos ativos implica, necessariamente, a disponibilidade econômica do respectivo rendimento, acarretando, conseqüentemente, a tributação sobre a renda prevista no artigo 43 do Código Tributário Nacional⁹.

8. "Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I – o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

§ 2º A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro."

9. "Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I – de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo."

Além disso, o lucro gerado por essa parcela decorrente da avaliação a valor justo pode ser distribuída sem qualquer tributação? Como bem mencionado por FERNANDES: "A aplicação do valor justo a determinados instrumentos financeiros, à propriedade para investimento e aos ativos biológicos, no caso de aumento do valor de custo, representa o lançamento a débito em conta do ativo respectivo, tendo como contrapartida o lançamento a crédito no resultado do exercício (lucro/prejuízo), ou seja, como receita [...]; de maneira diversa, porém, a legislação atual não conta com dispositivo expresso para a exclusão dessa receita da base de dividendos. Dessa forma, conquanto possa ser temerário em alguns casos, não há vedação legal para que a empresa distribua lucro (dividendo) gerado com a aplicação do valor justo"¹⁰.

Vale lembrar que, atualmente, a distribuição de lucros apurados por empresa tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não é tributada por força do artigo 10 da Lei n. 9.249, de 1995¹¹.

Essas são questões que este trabalho visa a explorar e responder.

2 APLICAÇÃO

2.1 Tributação da receita gerada pela adoção do valor justo dos ativos

Nesse tocante, busca-se verificar se a receita decorrente da avaliação de um ativo pelo valor justo está sujeita ou não à tributação pela Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins").

Nos termos das Leis n. 10.637, de 2002, e n. 10.833, de 2003, que, respectivamente, tratam da tributação de PIS e Cofins, não serão computadas nas bases de cálculo das contribuições as receitas relativas aos ganhos decorrentes de avaliação de ativo e passivo com base no valor justo¹².

10. FERNANDES, Edison Carlos. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL**: de acordo com a Lei n. 12.973, de 2014. São Paulo: Atlas, 2015. p. 200.

11. "Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior."

12. Conforme previsto no artigo 1º, § 3º, IX, da Lei n. 10.637, de 2002; e no artigo 1º, § 3º, VIII, da Lei n. 10.833, de 2003.

Na mesma linha, no cálculo dos créditos das mencionadas contribuições não serão computados os ganhos e perdas decorrentes de avaliação de ativo com base no valor justo¹³.

Não há que se falar na tributação das receitas decorrentes da aplicação do valor justo em caso de tributação das contribuições pelo sistema de tributação cumulativo, vez que tais valores não se coadunam com o conceito de faturamento, nos termos da legislação vigente¹⁴.

2.2 Tributação do lucro gerado pela adoção do valor justo dos ativos e da distribuição dos lucros a realizar

Nos termos do artigo 13 da Lei n. 12.973, de 2014, o ganho gerado pela avaliação a valor justo não é tributado e a perda não é dedutível para efeitos da apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), de acordo com a sistemática de tributação do lucro real, desde que o respectivo aumento no valor do ativo ou na redução do valor do passivo seja evidenciado com subcontas contábeis vinculadas aos ativos ou passivos.

O referido ganho será computado na determinação do lucro real conforme o respectivo ativo for realizado, mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.

Por outro lado, o ganho será tributado para fins de IRPJ e da CSLL quando não for evidenciado por meio de subconta. Tal ganho não poderá acarretar a redução de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL do período, devendo, nesse caso, ser considerado em período de apuração seguinte em que exista lucro real, ou resultado ajustado, antes do cômputo do referido ganho. Nessa hipótese, a pessoa jurídica deverá verificar se teria prejuízo fiscal caso não computasse o ganho e, em caso afirmativo, calcular o valor desse prejuízo fiscal.

A perda decorrente da avaliação do ativo ou do passivo a valor justo está sujeita ao mesmo controle e aos mesmos efeitos em relação à dedutibilidade da despesa.

Nos termos do artigo 16 da Lei 12.973, de 2014, a pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido que, em período de apuração imediatamente posterior, passar a ser tributada pelo lucro real, deverá incluir na base de cálculo do imposto apurado pelo lucro presumido os ganhos decorrentes de avaliação com base no

13. Nos termos do artigo 2º, § 20, da Lei n. 10.637, de 2002; e do artigo 3º, § 28, da Lei n. 10.833, de 2003.

14. Lei n. 9.718, de 1998.

valor justo, que façam parte do valor contábil, e na proporção deste, relativos aos ativos constantes em seu patrimônio. No entanto, a tributação dos ganhos poderá ser diferida para os períodos de apuração em que a pessoa jurídica for tributada pelo lucro real, desde que observados os procedimentos relativos aos controles segregados em subcontas. Da mesma forma, as perdas verificadas somente poderão ser computadas na determinação do lucro real dos períodos de apuração posteriores se observados os procedimentos relativos às subcontas.

Verifica-se, assim, que, para efeitos de tributação sobre o lucro, foi eleito o princípio da realização dos ganhos gerados pela apuração do valor justo dos ativos. Consequentemente, enquanto não realizado o ganho mediante a depreciação, exaustão, amortização, alienação ou baixa do respectivo bem que foi mensurado a valor justo, não há que se falar em tributação sobre o lucro.

Apesar de não haver tributação enquanto não houver a realização do bem, o ganho gerado pela avaliação do bem a valor justo compõe o resultado contábil da sociedade e, consequentemente, seu lucro ou prejuízo.

Na hipótese de haver lucro contábil sem que haja ainda a realização total do bem que deu origem à avaliação a valor justo, haverá lucro a realizar.

A legislação tributária, notadamente o artigo 10 da Lei n. 9.249, de 1995, como acima mencionado, prevê que os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não serão tributados pelo imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Nota-se que a legislação tributária não contempla nenhuma especificidade em relação à realização ou não do lucro para fins de aplicação da regra de isenção. Com efeito, embora a aplicação da mensuração de valor justo seja um mecanismo que captura expectativas, essas poderão, em tese, ser distribuídas aos sócios como parte dos lucros, sem que haja qualquer tributação, eis que essas expectativas não sofrem incidência tributária enquanto não realizadas.

Contudo, vale ressaltar que as normas infralegais, especificamente as Instruções Normativas, emitidas pela Receita Federal do Brasil, de n. 1.397, de 2013 ("IN 1397"), e n. 1.700, de 2018 ("IN 1700"), podem dar margem para discussão a respeito da não tributação da distribuição dos lucros a realizar.

Com efeito, a IN n. 1.397 dispõe sobre o Regime Tributário de Transição ("RTT") instituído pelo artigo 15 da Lei n. 11.941, de 2009, e encontra-se ainda vigente. O capítulo III dessa IN contempla as regras pertinentes à tributação dos lucros ou dividendos, cujo artigo 26 determina que os lucros ou dividendos

pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, obtidos com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (portanto, antes da introdução das novas regras contábeis), poderão ser distribuídos sem tributação.

Por sua vez, a IN n. 1.700, em seu artigo 238, que trata dos lucros e dividendos distribuídos, dispõe que não estão sujeitos ao imposto sobre a renda os lucros e dividendos pagos ou creditados a sócios, acionistas ou titular de empresa individual, observado o disposto no capítulo III da IN n. 1.397, de 2013.

Entendemos que a referência existente na IN n. 1.700 ao capítulo III da IN n. 1.397 relaciona-se, exclusivamente, aos resultados que tenham sido apurados por ocasião da vigência do RTT. Contudo, não afastamos a possibilidade de que as autoridades fiscais tenham uma interpretação diferente, ou seja, mais restritiva no sentido de que os lucros isentos de tributação são aqueles que foram apurados de acordo com as regras contábeis anteriores à Lei n. 11.638, de 2007.

3 CONCLUSÕES

3.1 É possível a distribuição de lucros a realizar de acordo com a legislação societária e a tributária?

Não identificamos na legislação societária nem na tributária qualquer vedação para a distribuição dos lucros a realizar decorrentes da avaliação de ativos a valor justo.

A Lei n. 6.404, de 1976, normatiza a constituição da reserva de lucros a realizar, mas não contempla nenhuma hipótese de não distribuição desses valores a título de lucros aos sócios.

Da mesma forma, não há na legislação tributária vigente qualquer ressalva para a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de reserva de lucros ainda não realizados.

Interessante notar que, para fins de distribuição dos lucros, há efetiva "disponibilidade" da reserva de lucros a realizar decorrente da avaliação de ativos a valor justo. Contudo, para efeitos de tributação sobre o lucro, não há "disponibilidade econômica" da respectiva renda, e, portanto, não há fato gerador do imposto sobre a renda.

3.2 Benefício econômico ou jurídico da mensuração a valor justo de ativos, para os sócios ou para a sociedade, fundamenta juridicamente a sua tributação?

Por todo o exposto, entendemos que o benefício econômico ou jurídico da mensuração a valor justo dos ativos, seja para os sócios, seja para sociedade, não fundamenta juridicamente a sua tributação.

Com efeito, ainda que haja discussões a respeito desse conceito, o direito tributário é marcado pela tipicidade cerrada e pelo princípio da legalidade.

A legislação é expressa ao excluir da tributação para efeitos de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins os resultados decorrentes da avaliação a valor justo e não há qualquer norma legal no ordenamento vigente que trate da tributação dos lucros distribuídos com base em reserva de lucros a realizar decorrente da mensuração a valor justo dos ativos da sociedade.

4 REFERÊNCIAS

BARRETO, Eric; ALMEIDA, Diana. **Contabilidade a valor justo**: IFRS 13. São Paulo: Saint Paul, 2012.

FERNANDES, Edison Carlos. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL**: de acordo com a Lei n. 12.973, de 2014. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiro. Comentários Tributários ao Pronunciamento Conceitual Básico. **Revista de Direito Contábil Fiscal**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 231-243, jan./jun. 2019.

HARBICH, Ricco. **Conceito e destinação do lucro na nova lei das sociedades por ações**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades – de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JACINTHO, Roque. **Lucros a realizar e lucro inflacionário**. São Paulo: Resenha Tributária, 1978.

KING, Alfred M. Conceitos de valor justo. In: CATTY, James P. (Org.). **IFRS**: guia de aplicação do valor justo. Porto Alegre: Bookman, 2013.

OLIVEIRA, Eduardo Alves de. **Disponibilidade econômica do fair value**. São Paulo: Quartier Latin/PWC, 2018.

SOUZA, Ana Cristina França de et al. Introdução: a aplicação do valor justo no Brasil. In: CATTY, James P. (Org.). **IFRS**: guia de aplicação do valor justo. Porto Alegre: Bookman, 2013.